

"Este livro não é apenas brilhante como tremendamente importante."

FRITJOF CAPRA, autor best-seller de *O Ponto de Mudança*

CAPITALISMO ALTERNATIVO E O FUTURO DOS NEGÓCIOS

**Construindo
uma Economia
que Funcione
para Todos**



Cultrix • Amana-Key

Marjorie Kelly

O despertar

Da maximização dos lucros à sustentação da vida

Certa vez, ministrei um curso no Schumacher College no sul da Inglaterra intitulado “A Terra é Capaz de Sobreviver ao Capitalismo?”. Comecei o curso falando a respeito dos problemas associados ao atual *design* do nosso sistema econômico — particularmente a financialização e o *design* da propriedade extrativa (embora eu ainda não estivesse usando essa linguagem) — e eu planejava avançar em seguida para soluções sobre a reestruturação das corporações. No entanto, constatei que a turma não estava preparada para esse passo seguinte.

A mente deles estava pensando em “colapso”. Essa foi a palavra que ouvi sendo debatida nos corredores e durante o jantar, à medida que eu começava a compreender que muitos desses alunos — embora com um profundo conhecimento da ecologia — estavam convencidos de que o que estava à frente era o total colapso ecológico, depois do qual nós iríamos, se tivéssemos sorte, regenerar a nossa civilização no nível da aldeia. O Schumacher College fica perto de Totnes, a primeira das “Cidades de Transição” no Reino Unido que estão se preparando localmente para um mundo pós-carbono. A mudança local estimulava esses alunos, e com bons motivos. No entanto, eles pareciam imaginar subconscientemente que o sistema econômico mais amplo — as corporações, o mercado de ações, os bancos — de alguma maneira iria implodir e ser vaporiz-

zado, fit que eles não conseguiram imaginar que ele um dia realmente pudesse mudar. Parecia mais fácil para eles imaginar o colapso da própria civilização.

"Existem duas visões de mundo nesta sala", disse eu, enquanto colocava de lado o meu plano de aula e abria uma hora de discussão não planejada. "Acho que é importante que as coloquemos na mesa." Uma delas é a visão de um completo colapso social. A outra é uma visão de transformação – não o advento de alguma utopia mas uma espécie de avanço por meio de tentativas e erros em direção a uma nova ordem social que surgiria daquela que nós temos. "Vocês não querem planejar baseados em um colapso total", disse eu. "Se isso acontecer, nós não vamos cultivar os nossos jardins comunitários. É mais provável que tenhamos que lidar com uma nova forma de fascismo."

Na hora de debate livre que se seguiu, foram apresentadas as mais diferentes ideias a respeito da maior transformação necessária na nossa civilização – todas as mudanças que seriam necessárias na lei, valores, fontes de energia, tecnologias de sustentabilidade, governança internacional, a reconstrução da democracia, o revigoramento das comunidades, e outras coisas. Concordamos que uma mudança total da visão de mundo se fazia necessária – uma nova maneira de pensar a respeito do nosso relacionamento com o planeta e de uns com os outros.

Com esse contexto mais em mente, pudemos avançar para discussões a respeito da reestruturação corporativa. Logo eles estavam debatendo questões de governança e se a participação acionária dos funcionários deveria ser exigida em todas as empresas. Alguns desses alunos tinham acabado de sair da faculdade, enquanto outros tinham passado décadas dentro de corporações de grande porte, mas todos foram capazes de entender as questões do *design* da propriedade. Na condição de professora, sai satisfeita – mas também de certo modo perturbada.

A pergunta de Stephan

Estava faltando alguma coisa, não no entendimento deles, mas no meu. As minhas ideias até aquele momento tinham se concentrado no *design* das corporações e nos mercados de capitais. Mas alguma coisa naquela abordagem tinha começado a parecer vagamente fora de foco para mim.

No meio da semana, a turma passou por uma jornada de pesquisas científicas em um laboratório de experimentos do Schumacher College. Lá se fez uma jornada experimental, quando foi feita uma pergunta que permitia uma resposta. Era uma pergunta muito mais ampla do que a resposta que se esperava.

Que tipo de economia é necessária a vida dentro de um ecossistema?

A pergunta foi formulada dentro de uma história que muito distante de uma vida cotidiana: em uma jornada histórica para entender a evolução da vida. Stephen Harding, Comendador da ordem de um mosteiro na França, para dar início de um trabalho sobre a vida em uma caverna, Stephen pediu que todos os alunos passassem a noite em um local sem luz, sem som, sem comida e sem contato com o mundo exterior. Foi assim que se iniciou a jornada, para entender a vida em um local de vida. Foi assim que se iniciou a jornada, para entender a vida em um local de vida. Foi assim que se iniciou a jornada, para entender a vida em um local de vida.

Quando se trata de vida, parece que se trata "grupos" de um momento de vida. Mas há uma conexão constante entre a vida e a morte. Uma conexão que se chama de vida.

Stephen nos mostrou, então, a se para alguns tipos de vida, a vida é diferente. Quando se trata de vida, a vida é diferente. Quando se trata de vida, a vida é diferente. Quando se trata de vida, a vida é diferente. Quando se trata de vida, a vida é diferente.

A ecologia profunda é um pensamento profundo sobre a natureza da vida. Não é uma teoria diferente na mesma natureza, que encara a vida em uma forma e para compreender que precisamos para desenvolver todos os aspectos da vida e os sistemas naturais. Uma perspectiva comum e parte de uma

de que os seres humanos não são mestres e donos da terra e sim membros dela. Tudo o que pensamos que "possuímos", tudo o que criamos ou construímos, não está na terra mas é dela, como um braço é parte do corpo.

"A matéria é consciência. Consciência é matéria", afirmou Stephan. Apoiando uma folha no chão da floresta, ele prosseguiu. "Esta folha é um indivíduo. O mundo é uma comunhão de indivíduos. Tudo tem interioridade."

Foi no final da palestra que ele formulou a pergunta. Era uma pergunta à qual ele próprio não conseguia responder, explicou, mas esperava que nós pudessemos, porque – e olhou para mim enquanto dizia isso – era uma pergunta da qual a vida na Terra dependia. *Que tipo de economia é compatível com a vida dentro de um ser vivo?*

Desvio através do comum

Levei muitos anos para entender a pergunta. Havia uma coisa básica, completamente simples, que eu não conseguia compreender. Precisei viajar para longe da linguagem das corporações e dos mercados de capitais para encontrar as respostas. Voltei do Schumacher College e o meu trabalho no Tellus avançou para uma nova fase quando aderi à iniciativa da Ford Foundation que examinava como a riqueza das comunidades rurais poderia ser mantida no local. Esses projetos me conduziram a pesquisas que investigaram uma variedade de *designs* de propriedade que funcionavam em parceria com o mundo natural – gerenciando florestas, administrando fazendas, utilizando o vento, pescando lagostas. Todos envolviam *designs* gerenciados por comunidades locais.¹

Eu achava que aquele curso no Schumacher College tinha assinalado a conclusão da minha longa jornada no entendimento do *design* na propriedade. Em vez disso, eu me vi no início de uma jornada, que dizia respeito à propriedade e governança das áreas comuns. Muitos dos maiores desafios que assomam mais à frente para a civilização humana são problemas de ecologia: a mudança do clima, a acidificação dos oceanos, o desmatamento, a erosão do solo, o pico do petróleo, o desaparecimento das espécies, o esgotamento do lençol freático e outros. Que papel o *design* na propriedade está desempenhando nos problemas das áreas comuns e na sua possível mitigação? Eu me dei conta de que nenhuma

tentativa de compreender a propriedade estaria completa sem algum entendimento dessas respostas.

Foi a segunda parte da pergunta – possíveis soluções – que atraiu inicialmente a minha atenção. Baseando-me no meu trabalho com a Ford Foundation, comecei a fazer um amplo exame, e entre os modelos de propriedade mais interessantes que encontrei estavam as florestas comunitárias do México. Esse país se tornara um líder mundial na administração das florestas concedendo direitos de propriedade às comunidades locais, muitas delas de povos indígenas, tribais – como os índios zapotecas de Ixtlán de Juárez no sul do México.

Há três décadas, a tribo zapoteca conquistou o direito de administrar comunalmente florestas anteriormente exploradas por empresas de propriedade estatal. Com o tempo, os problemas que atormentavam outras florestas no México, como o desmatamento e a derrubada ilegal de árvores, se tornaram relativamente desconhecidos em Ixtlán. O motivo é que os membros dessa comunidade têm incentivos para ser administradores da floresta, já que os empreendimentos florestais empregam trezentas pessoas para fazer trabalhos como extrair madeira, fazer mobília de madeira e cuidar da floresta. Nesse *design* de governança comum, a floresta não é isolada como uma reserva inexplorada, tampouco é derrubada para enriquecer proprietários absenteístas. Ela é uma *floresta funcional*, cujo controle está nas mãos daqueles que têm um incentivo para proteger os interesses a longo prazo tanto da comunidade humana quanto do mundo natural.

Essa é a Afiliação Interna em ação – atuando de mãos dadas com o Propósito Vivo. A floresta não é encarada como um objeto cujo único propósito é permitir que os seus donos extraiam quantidades máximas de riqueza financeira. Ela é uma floresta viva, uma comunidade de árvores e seres humanos. O propósito é viver bem juntos, sustentando a floresta viva e apoiando a comunidade humana. Como os direitos de governança estão nas mãos de seres humanos radicados naquele lugar, eles têm um incentivo natural para ser bons administradores. E são capazes de realizar a sua missão porque governam a floresta; trata-se da Governança Controlada pela Missão.

Descobri que hoje, no México, as florestas comunitárias representam o percentual impressionante de 60% a 80% de todas as florestas. Ao redor do

mundo, mais de um quarto das florestas nas nações em desenvolvimento é administrada por comunidades locais. As florestas comunitárias prometem ser uma ferramenta importante na luta contra o desmatamento, o qual é responsável por quase um quinto das emissões totais de gases de efeito estufa. No entanto, eis a parte verdadeiramente extraordinária: a história das florestas comunitárias, como a história dos bancos cooperativos, permanece praticamente desconhecida. Até mesmo dentro do México, o fenômeno é em grande medida invisível.²



Outra solução em grande escala é encontrada no modelo de propriedade da *servidão de conservação*. Ela deixa a propriedade nas mãos de proprietários privados enquanto permite que os direitos de desenvolvimento* sejam mantidos separadamente – ficando, em geral, nas mãos de uma organização ambiental ou estatal. O objetivo é proibir permanentemente o desenvolvimento em trechos de terra específicos anexando servidões voluntárias, com força jurídica, às escrituras de propriedade. As servidões têm sido usadas para proteger os brejos, conservar as bacias hidrográficas, preservar terras agrícolas para fazendas familiares, e proteger corredores migratórios para os animais – como no caso do Malai Borderlands Group, uma organização de criadores no Arizona e no Novo México, que preservou cerca de 400 mil hectares de espaço aberto não fragmentado para a vida selvagem.

As servidões de conservação são uma maneira mais barata de interromper o desenvolvimento do que a compra imediata. Além disso, elas geram benefícios fiscais para os proprietários. Em todos os Estados Unidos, vários milhões de hectares estão sob a proteção de servidões de conservação. E o conceito está se espalhando para a América Latina, o Canadá, a Austrália, a região do Pacífico e as Ilhas do Caribe.³

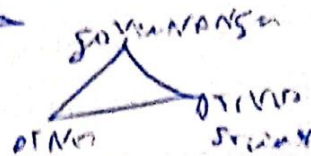
* A palavra em inglês que está sendo usada nestes parágrafos, *development*, tem um sentido mais amplo do que em português. Ela quer dizer desenvolvimento no sentido de construir, urbanizar, fazer o beneficiamento da terra. (N.T)

R. P.P.N. Reserva Particular do Patrimônio Nominal

Um método semelhante que investiguei é o truste de terras comunitárias, no qual as famílias são donas de suas casas e uma organização comunitária é dona da terra debaixo delas. Existem centenas de exemplos nos Estados Unidos, e outras estão se formando depois da crise imobiliária. Também estudei as cotas de pesca, os direitos de propriedade ao uso das áreas de pesca, que foram usadas pela primeira vez para ajudar os pescadores em apuros na Austrália, Nova Zelândia e Islândia, e mais tarde para reviver o peixe vermelho no Golfo do México e o halibute no Alasca.⁴

Esses modelos representam uma interessante guinada na desagregação da propriedade — a ideia de que a propriedade é um feixe de direitos, os quais podem ser desembrulhados e distribuídos de novas maneiras. Eles mostram que o problema não é a desagregação em si, mas o propósito por trás dela. Quando o casal Haroldson entregou um galho de direitos de propriedade para um credor hipotecário, que o brandiu contra eles, o problema foi o propósito extrativo. Com os trustes de terras comunitárias e as cotas de pesca, os galhos de propriedade são entregues a pessoas com um Propósito Vivo. E, nesses casos, a desagregação ajuda a criar soluções.

O que esses modelos mostram é que uma economia compatível com a vida dentro da terra viva é uma economia que retine, com eficiência, os interesses dos seres humanos e do mundo natural. Uma espécie de reciprocidade orgânica está em ação em muitos desses modelos. Quando os direitos de propriedade estão nas mãos de pessoas cujo interesse pessoal depende da saúde das florestas, dos peixes e da terra, elas têm uma tendência natural para a boa administração. O interesse pessoal e os interesses do todo se tornam os mesmos. A Afiliação Interna, o Propósito Vivo e a Governança Controlada pela Missão estão entre os padrões de propriedade que tornam isso possível.



A propriedade comum em novo tom

Outra coisa também me impressionou. Muitos dos modelos que encontrei nas áreas rurais colocam a propriedade nas mãos de pessoas de baixa renda. Um design que está particularmente próximo do meu coração é a comunidade de propriedade dos residentes, que foi inicialmente concebida em New Hampshire e depois se espalhou pelos Estados Unidos. Ela teve a sua gênese em 1983, quando resi-

dentes do Meredith Center Trailer Park estavam para ser despejados por uma construtora de fora do estado queria comprar a terra que ficava debaixo das casas deles. Com um empréstimo do New Hampshire Community Loan Fund, os próprios residentes compraram o parque.

Esse golpe de criatividade, ou graça, ou seja lá o que tenha sido, se tornou o "Manufactured Housing Park Program" do fundo de empréstimos, que é um modelo de propriedade cooperativa para ajudar as pessoas que moram em casas sobre rodas e em outros tipos de casas móveis a comprar a terra onde estão as suas casas. O processo opera uma transformação jurídica na natureza da propriedade. As casas móveis anteriormente encatadas pelos bancos como propriedade pessoal (da mesma categoria que um carro ou um barco) se tornam propriedade imobiliária. Isso significa que os proprietários conseguem melhores condições de empréstimos. Também significa, como mostram as pesquisas, que os residentes plantam mais flores, participam mais das reuniões escolares, desfrutam vistas mais elevadas da propriedade e se mudam com menos frequência. Ao ser donos da terra onde moram, uma comunidade de baixa renda se torna uma comunidade de indivíduos, e não mais uma coleção de objetos encatados por um senhorio distante como uma maneira de conter deles o maior abrigar possível.*

Aqui, novamente, está a Afiliação Interna em ação — levando uma transformação não para uma comunidade ecológica e sim para uma comunidade humana, por meio de uma propriedade radicalmente localizada e detida coletivamente. Na sua essência está o Propósito Vivo. E o design é alimentado pelas Finanças dos stakeholders, onde o capital se torna um amigo, não um patrão.

Acho intrigante que o modelo da comunidade de propriedade dos residentes tenha sido concebido por uma instituição financeira. Não foi um grande banco com executivos se esforçando para ganhar muitos milhões para si mesmos. No entanto, esse fundo de empréstimos administra quase 70 milhões de

* As Manufactured Housing (conhecidas popularmente nos Estados Unidos como mobile homes) são casas sobre rodas (trailer) pré-fabricadas e em grande medida montadas em fábricas, sendo em seguida transportadas para os locais onde serão usadas. O termo, nos Estados Unidos, é *singlewide* por uma lei federal. (N.T.)

dólares. E paga aos investidores até 4% e 5% ao ano, em um momento no qual os certificados de depósito bancário estão pagando uma fração disso.

A diretora fundadora do New Hampshire Community Loan Fund — que permanece no cargo há mais de 25 anos — é Juliana Eades. Eu a conheci certa vez em uma conferência. O que me impressionou foi a maneira como ela parecia acessível e o quanto ela ria. O seu cabelo era grisalho e curto, ela não usava nenhuma maquilagem e vestia, descontraída, calças de algodão, enquanto quase todas as outras pessoas trajavam ternos e conjuntos. Juliana é completamente diferente de como imaginávamos uma banqueira típica. Conversei com ela durante meia hora sem saber que ela era a presidente do fundo. Quando lhe perguntei qual era o seu cargo, ela simplesmente me disse que atuava no fundo desde a sua fundação.

A organização não está procurando construir um império tomando posse de todas essas comunidades de casas móveis, ou colocando hipotecas nelas e depois vendendo-as rapidamente para que outra pessoa possa extrair o seu valor. Em vez disso, a meta é ajudar pessoas comuns, não financializadas, a desfrutar os benefícios da plena propriedade. Quando o modelo demonstrou o seu valor em New Hampshire — com 90 comunidades de proprietários residentes com inadimplência zero —, foi criada uma nova organização, a ROC-USA, com o objetivo de levar o modelo para o país inteiro.

Uma extraordinária sensibilidade está em ação. Em vez do desejo de abocanhar cada vez mais para o eu, essa abordagem da propriedade personifica uma entrega, uma propagação da abundância. É o auge da propriedade generativa: a propriedade como generosidade personificada, mas ao mesmo tempo financeiramente prática. Essas pessoas não estão recebendo um presente; estão comprando terra. O fundo de empréstimos não está no ramo da filantropia; ele concede empréstimos que são quitados com juros. O objetivo final é a propriedade comum, de pessoas comuns — pessoas normais, membros da classe trabalhadora.

O domínio local

Outro modelo que ainda está se revelando viável é o *rento comunitário*. O melhor exemplo disso é a Dinamarca, onde um movimento de base lançou o impulso